



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Educação e Política Social.

‘Novos Caminhos’ aos Institutos Federais: Estratégias do capital na obtenção do consenso na EPT

Giulia Carvalho Candido¹
Renata Maldonado da Silva²

Resumo: O projeto de educação profissional federal vem sendo gradativamente esvaziado para atender a um consenso favorável ao capital, sobretudo a partir da ascensão do bloco neoliberal ortodoxo do governo Bolsonaro. Entre os principais agentes envolvidos, destacamos o setor empresarial/industrial, o Estado e as instituições educacionais. Nesse contexto, o trabalho objetiva problematizar o projeto educacional proposto pelo Programa Novos Caminhos. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, analisamos o Edital 02/2020 – Apoio à implementação das oficinas 4.0, a fim de revelar as intenções voltadas à formação dos jovens trabalhadores nos IFs. Com isso, identificamos como a burguesia industrial influencia na política educacional, com estímulos ao empreendedorismo e inovação no âmbito da EPT.

Palavras-chave: Programa Novos Caminhos; Institutos Federais; Empreendedorismo; Inovação.

The “New Paths” for the Federal Institutes: Capital strategies to attain consensus in EPT

Abstract: The federal professional education project has been gradually drained to meet a favorable consensus for capital, especially since the rise of the orthodox neoliberal bloc of the Bolsonaro government. We highlight the business/industrial sector, the State and educational institutions as among the main agents involved. In this context, the work aims to problematize the educational project proposed by the New Paths Program. Through bibliographical and documentary research, we analyzed Public Notice 02/2020 – Support for the implementation of 4.0 workshops, to reveal the intentions aimed at training young workers in the IFs. Therefore, we identify how the industrial bourgeoisie influences educational policy, with stimuli to entrepreneurship and innovation within the scope of PTE.

Keywords: New Paths program; Federal Institutes; Entrepreneurship; Innovation.

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados a partir da Lei 11.892/2008, e estão inseridos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essa ação promoveu um novo olhar e novas características à educação profissional e tecnológica, tais como o incentivo de desenvolvimento tecnológico para os âmbitos local, regional e nacional, voltados às necessidades da

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual de Norte Fluminense (UENF). E-mail: giuliacandido@gmail.com.

² Doutora em Educação e Professora do Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual de Norte Fluminense (UENF). E-mail: renmaldonado@uenf.br.

comunidade e do mundo do trabalho. As principais iniciativas dirigidas a produção de tecnologia ocorrem através de projetos de extensão e de pesquisa em inovação, que se vinculam diretamente às entidades receptoras, em geral subsidiadas por recursos públicos ou por meio de parcerias público-privadas.

Nesse processo, as instituições educacionais, as entidades receptoras do mercado e a articulação promovida pelo Estado formam um vínculo de necessidades que propõe o ideário da hélice tripla (Universidade-Empresa-Governo). Segundo Silveira (2011) essa modalidade de vínculo, estabelecido como forma de convênio entre as entidades, submete a produção de tecnologia e de ciência nos institutos federais às expectativas do capital, com o objetivo de acompanhar a reorganização tecnológica internacional e alcançar uma melhor competitividade econômica.

No Brasil, o setor empresarial se coloca como um importante elemento na construção das políticas de educação profissional ao longo da história. Desde a década de 1940, a burguesia industrial promove ações e iniciativas, em articulação com o Estado, voltadas à conformação de um modelo educacional movido às demandas do setor produtivo, através da atuação da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Que, por intermédio da atuação do Sistema S³, vem se configurando como o principal intelectual orgânico (GRAMSCI, 2007b) na produção e disseminação de políticas de educação profissional no Brasil, de forma paralela e articulada aos sistemas de ensino profissional oficiais.

Diante da adesão do Estado brasileiro ao modelo neoliberal na década de 1980, consolidado no governo Fernando Henrique Cardoso com as reformas legislativas e educacionais, ocorreu o aprofundamento das articulações entre o poder público e setor empresarial, sobretudo no âmbito da educação profissional e tecnológica. Desse modo, alinhou-se a formação tanto de mão de obra quanto de produção científica sediada pelo Estado e direcionada pelo setor empresarial (SILVEIRA, 2008). Com isso, a defesa de um projeto educacional amparado nos pressupostos da omnilateralidade e da formação humana⁴, nutridos pela indissociabilidade entre trabalho e educação e defendido pelos

³ O Sistema S é composto principalmente por cinco entidades corporativas de treinamento de mão de obra: SESC (Serviço Social do Comércio), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESI (Serviço Social da Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio), SEBRAE (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa)

⁴ A educação omnilateral e de formação humana busca dar ao educando uma formação técnico-científica, crítica, que forneça práxis de maneira que possam desenvolver suas potencialidades e suas faculdades

setores progressistas no contexto da redemocratização brasileira, foi esvaziado. Um exemplo foi o decreto n. 2208/97, que estabeleceu uma modalidade de ensino profissional de forma independente ao ensino médio, acentuando a histórica dualidade educacional instaurada pelo capitalismo.

No decorrer do projeto social-liberal⁵ (CASTELO, 2013), o Estado incorporou, parcialmente, a defesa de um modelo educacional que permitisse à classe trabalhadora ter acesso ao conhecimento historicamente acumulado, simultaneamente, à preparação para o mundo do trabalho. Isto ocorreu mediante a (re)articulação entre o ensino médio e a educação profissional, através do decreto 5.154, promulgado em 23 de julho de 2004. Ainda assim, em função das contradições desse modelo de Estado, o projeto foi gradativamente relativizado e, esteve, hegemonicamente, restrito aos Institutos Federais de Educação.

Entretanto, apesar de ser considerado um avanço à época, o decreto 5.154/2004 também promoveu um arranjo com as expectativas do setor empresarial/industrial. Embora tenha ocorrido o retorno do ensino médio integrado, as modalidades denominadas concomitante e subsequente⁶ permaneceram, não sanando a separação do ensino médio com o ensino técnico. Isso, inclusive, tornou-se ainda mais evidente com a demora da reformulação das diretrizes curriculares nacionais. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005)

No contexto do governo Dilma Rousseff, sobretudo por conta dos efeitos da crise sistêmica do capitalismo iniciada em 2008, a defesa de uma formação profissional e tecnológica aligeirada e estritamente veiculada para atender às demandas do setor produtivo foi fortalecida, principalmente por intermédio do programa Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Nesse, a associação entre o poder público e o setor empresarial foi intensificada, e os Institutos Federais e as

intelectuais-espirituais, possibilitando a formação de consciência e emancipação (SAVIANI, 1989)

⁵ O projeto socio-liberal do neoliberalismo é considerado por Castelo (2013) como uma reforma afim de atenuar ou velar as contrações do sistema. Essa reforma consiste no suporte estatal para questões sociais, com intenção de apaziguar as massas e dar abertura para o consenso. No Brasil, consideramos os governos PT (de Lula a Dilma) como representantes do período de articulação socio-liberal, em concordância com Castelo (2013) e Boito Jr (2007)

⁶ São modalidade de ingresso no Ensino Técnico: integrado, quando o aluno cursa o ensino médio integrado ao ensino técnico; concomitante, quando o estudante cursa o ensino médio em uma instituição de ensino e o ensino técnico em outra; e o subsequente, realizado quando o discente do ensino técnico já integralizou o ensino médio.

instituições do Sistema S foram os principais polos difusores e executores dessa política educacional, voltadas para atender às transformações no mundo do trabalho e ao processo de reestruturação produtiva em curso.

Nesse contexto de crise, as diferentes frações da classe burguesa buscaram estratégias de intensificar o processo de subsunção do trabalho ao capital, ampliando a expropriação da mais-valia relativa e a desqualificação do trabalhador, atendendo ao discurso da Indústria 4.0⁷. Diante das inevitáveis transformações no mundo do trabalho, mediante o uso das plataformas digitais, inteligência artificial e outras tecnologias que auxiliaram no crescimento da uberização⁸, o ensino profissional e tecnológico vem sofrendo uma forte ofensiva do processo produtivo, buscando ajustar os trabalhadores às novas demandas do mundo do trabalho.

No Brasil, o discurso de uma nova reestruturação produtiva por meio da Indústria 4.0 veio ao encontro do aprofundamento do programa neoliberal e da ascensão do bloco neoliberal ortodoxo⁹ (BOITO JR, 2018), que se aprofundou durante a gestão de Jair Bolsonaro. Diante disso, o discurso governamental foi o de ajustar o ensino profissional e tecnológico às exigências da indústria 4.0, e os institutos federais seriam os principais polos disseminadores desta “nova” concepção educacional. Por isso, foi proposto um novo papel para os institutos, como executores de um novo consenso (GRAMSCI, 2007a) na formação profissional e tecnológica para a classe trabalhadora.

Nesse contexto, o MEC lançou em agosto de 2019, o programa Novos Caminhos, com o propósito de ‘atualizar’ o modelo de educação profissional e tecnológica em curso, considerada ultrapassada pelo Executivo Federal. A participação empresarial mostrou-se bem clara na divulgação do projeto em seu site oficial¹⁰; que, dentre seus principais objetivos, citou a necessidade de cooperação entre instituições

⁷ A Economia 4.0 ou Indústria 4.0 é uma reestruturação produtiva lançada pela Alemanha em 2016 no Fórum Econômico de Davos pelo economista Klaus Schwab. Ela visa implementar mais tecnologias avançadas no setor produtivo a fim de agilizar as demandas e obter maior controle sobre os trabalhadores, dentre seu lançamento se encontra a plataformização, o uso da inteligência artificial, a internet das coisas, entre outras tecnologias de ponta. (ANTUNES, 2020)

⁸ A uberização é um modelo de trabalho invisibilizado e individualizado, aparenta uma prestação de serviço, sem vínculo empregatício, logo sem direitos ao trabalhador, aumentando também sua exploração pelos mecanismos punitivos quando há diminuição de produtividade (ANTUNES, 2020).

⁹ Bloco neoliberal ortodoxo é liderado, segundo Boito Jr, pelo PSDB a fim de diminuir as ações socio-liberal no Brasil e sintonizar ações de ofensiva contra o trabalho e as classes subalternas conforme acontecia nos países centrais após a crise de 2008, buscando a ascensão do ultraneoliberalismo e do conservadorismo.

¹⁰ <<https://novoscaminhos.mec.gov.br/>>

educacionais e empresas, para suprir as demandas de formação de mão de obra adequados ao mundo do trabalho atual, que envolve, como o próprio programa indica, a formação em empreendedorismo e inovação.

O Programa Novos Caminhos foi dividido em três eixos, sendo o último um conjunto de estratégias voltadas especificamente aos Institutos Federais, denominado Inovação e Empreendedorismo. Sua proposta de formação para o trabalhador se concentra em dois tópicos específicos: criação de PD&I para sanar as necessidades atuais e aligeiradas para o mercado e capacitação de servidores e alunos aos ideários do empreendedorismo e inovação tecnológica.

Na implementação das ações estratégicas do eixo Inovação e Empreendedorismo (eixo 3), foram lançados quatro tipos de editais de fomento, nos anos de 2020 e 2021, no decorrer da crise sanitária instaurada em função da disseminação do vírus SARS-CoV-2, que teve consequências sociais, econômicas e sanitárias graves para a classe trabalhadora brasileira. Os editais foram: 02/2020, de 08 de junho de 2020 (*Apoio à implementação das Oficinas 4.0*); 03/2020, de 14 de julho de 2020 (*Apoio à iniciação tecnológica com foco na economia 4.0*); 05/2020, de 26 de outubro de 2020 (*Apoio ao empreendedorismo inovador com foco na Economia 4.0*); 05/2021, de 15 de março de 2021 (*Adesão ao programa IF Mais Empreendedor Nacional*).

O edital 02/2020, que será o foco desse artigo, foi selecionado em função do quantitativo de recursos disponibilizados e por sua permanência, pois, foi relançado três vezes. É importante destacar ainda que, além da produção de inovação tecnológica com fomento público para empresas, há também a obrigatoriedade de capacitação dos seus participantes.

Em função disso, o artigo tem o objetivo problematizar a construção de um novo consenso (GRAMSCI, 2007a) para a educação profissional e tecnológica proposto pelo projeto ultraneoliberal (ANTUNES, 2018) no decorrer do Governo Bolsonaro, a partir da implementação do Programa Novos Caminhos. O trabalho propõe identificar as articulações da EPT às novas demandas do setor produtivo internacional, fazendo uso do discurso da Indústria 4.0 e as articulações internas da burguesia industrial brasileira e o Estado ultraneoliberal.

O conceito de consenso é aqui compreendido na concepção gramsciana, a partir das articulações como suas análises sobre o Estado. De acordo com o autor sardo,

o modelo contemporâneo de Estado, denominado por ele de integral, compreende o que denominou de sociedade política (órgãos estatais) e sociedade civil, arena da luta de classes e composta pelos aparelhos privados de hegemonia, que seriam os difusores das concepções de mundo e dos valores da classe burguesa, indissociavelmente. Contudo, o papel do Estado Integral, na concepção gramsciana, está para além da dominação pela coerção, como os autores liberais apontaram. Neste novo estágio do capitalismo, para Gramsci (2007a), a função principal do Estado é disseminar o projeto das classes dominantes recorrendo a construção de consensos e da eliminação dos dissensos, buscando convencer toda sociedade a apoiar suas propostas.

À vista disso, na perspectiva atual, os Institutos Federais foram selecionados como os principais articuladores de um novo consenso na EPT, em associação com os aparelhos de hegemonia da classe empresarial, a fim de disseminar um novo projeto educacional ajustado às inevitáveis transformações no mundo o trabalho e às soluções propostas pelo capital para que a classe trabalhadora no combate ao desemprego estrutural: a defesa do empreendedorismo e da inovação.

Para atingir esse propósito, recorreremos à uma pesquisa bibliográfica e documental voltada à construção de políticas educacionais com o intuito de investigar os ideais e as intenções contidas nos conceitos utilizados no edital 02/2020 (EVANGELISTA; SHIROMA, 2019). A partir disso, foram identificadas e, posteriormente, problematizadas as palavras chaves dos objetivos desse edital, articuladas aos conceitos do arcabouço teórico da pesquisa, buscando mapear as estratégias voltadas à conformação da classe trabalhadora.

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS ENTRE AS EMPRESAS, O ESTADO E AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS NO PROJETO NEOLIBERAL

Desde as primeiras iniciativas do Estado brasileiro na construção de políticas educacionais no âmbito da EPT, a burguesia industrial se configurou como um estratégico parceiro, a partir da atuação da CNI e dos seus aparelhos privados de hegemonia. A instituição dispõe de robustos poderes de articulação política, principalmente no âmbito de formação de políticas públicas e sociais, que se intensificaram após sua estreita associação ao Estado, durante a ditadura empresarial-militar, em 1967.

Essa organização vem construindo, juntamente com o poder público, um modelo formativo adequado ao trabalhador da indústria, pois a educação profissional é a modalidade de seu maior interesse, já que seus egressos serão os operários mais passíveis de exploração e mais-valia (RODRIGUES, 1998).

A partir da implementação do projeto neoliberal no Brasil, houve uma intensificação da CNI em relação à produção de diversos documentos de orientação política, que tiveram profundos impactos nas políticas de EPT. Dentre os principais, destacamos: *Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil (1988)*; *Rumo à estabilidade e ao crescimento (1992)*; *Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários (1993)*; *Custo Brasil (1995)*; *Emprego na indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças (1997)*. Os documentos versavam sobre a necessidade de intensificar um modelo formativo ao trabalhador brasileiro, ajustado ao capital internacional e ao processo de reestruturação produtiva baseada no Toyotismo¹¹.

O documento *Custo Brasil*, de 25 de maio de 1995 tratava, especificamente, sobre a necessidade do Estado de assumir os custos da formação de mão de obra qualificada ao interesse industrial. Como afirma Rodrigues (2007), há uma organização entre as frações da classe burguesa para o ajuste da educação como mercadoria-educação, tornando-a um modo pelo qual a classe empresarial/industrial possa formar um trabalhador ainda mais adequado aos meios de produção.

Em consonância com os mesmos pressupostos acima, o documento supracitado em 1988, visava o ensino escolar como ponto nevrálgico para salvaguardar a competitividade nacional. Desse modo, a educação é concebida como responsável pela formação de capital humano necessário para garantir os preceitos econômicos defendidos pelas agências multilaterais de financiamento, e, por outro lado, construir uma sociedade mais individualista e flexibilizada, no qual a educação passou a desempenhar um papel estratégico:

A partir dessa nova conjuntura, a educação escolar adquiriu uma posição estratégica no projeto político hegemônico. A qualidade educacional se

¹¹ O Toyotismo, segundo Geraldo Pinto (2013), tem como intuito criar uma produção mais flexível, com compartilhamento de postos e menos trabalhadores. Sua intenção era ter profissionais especializados que pudessem arcar com as operações de diversas máquinas, dificultando a ambientação do operário e necessitando sua constante mudança e adaptabilidade. Além disso, seu período é característico pelas reformas trabalhistas, pois esse modelo visava a diminuição de custos e a fragmentação dos trabalhadores, tanto em atividades operacionais, quanto em ações sindicais ou de classe.

metamorfoseia em qualidade da aprendizagem. A ênfase recai sobre as estratégias político-pedagógicas para a qualificação técnica da força de trabalho, com vistas a alavancar o padrão de competitividade internacional do país, enfrentar o aumento da racionalidade técnica da produção material e simbólica da vida bem como formar um exército industrial de reserva conformado às novas necessidades do mercado nacional. (MARTINS; NEVES, 2015, p. 42).

Desse modo, durante a vigência do projeto social-liberal, foi instaurada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e, criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no ano de 2008. Essas instituições incorporaram grande parte das Escolas Técnicas Federais e dos Centros Federais de Educação Tecnológica, que existiam anteriormente, como polos principais da EPT no país. Ao longo dos governos Lula e Dilma, o PT conseguiu instalar 562 *campi* dos IFs, agregando em um único tipo de instituição: a educação básica, incluindo a profissional e tecnológica, ensino superior, com prioridade aos cursos do eixo tecnológico, e licenciaturas, preferencialmente de matemática e ciências da natureza, e no âmbito da pós-graduação, os mestrados profissionais. Além disso, os institutos disponibilizam cursos de curta duração, como também a formação nos Polos de Inovação, vinculados à Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, para produção de PD&I.

Desse modo, pode ser constatada a permanência, ao longo do Estado neoliberal, em suas diferentes modalidades assumidas ao longo das últimas décadas, acerca da influência das corporações do setor produtivo na organização e nos objetivos da EPT. Contudo, esse processo intensificou-se após o golpe cívico-parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, conduzindo Michel Temer ao Executivo Federal e, posteriormente, após a eleição de Jair Bolsonaro. No apagar das luzes do governo Temer, por via da medida provisória 746/2016 e desconsiderando as entidades educacionais, foi sancionada a Reforma do Ensino Médio. No ano seguinte, obteve aprovação do Congresso Nacional e foi instaurada a lei 13.417/2017. Essa reforma diminuiu consideravelmente a grade curricular geral, reduzindo o acesso da classe trabalhadora ao conhecimento historicamente acumulado e criou os chamados itinerários formativos, separados em cinco ênfases, sendo o último a formação técnica e profissional.

Essa medida, mais uma vez, intensificou a dualidade estrutural imposta pelo capitalismo entre, um modelo educacional para a burguesia e outro modelo formativo para a classe trabalhadora. Pois, novamente, o Ensino Médio recebeu uma política que intensificou caráter finalista na formação de mão de obra, mantendo-a apenas

minimamente qualificada para o mercado. As evidências são confirmadas quando se analisa os cursos oferecidos no quinto itinerário, que, em sua maioria, são ofertados sem espaço e profissionais adequados, ocorrendo, de forma aligeirada e superficial. Em vista disso, constatou-se duas perdas significativas na educação da classe subalterna: a diminuição dos conteúdos básicos e aligeiramento da educação profissional (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

A justificativa do Ministério da Educação para a reforma foi a necessidade de criação de mão de obra adequada ao novo mercado, se referindo à reestruturação produtiva que passou a vigorar após a crise econômica de 2008 e a necessidade de aumentar a competitividade econômica nacional. Trata-se da mesma estratégia discursiva de vários anos atrás, intensificadas pelas contradições do neoliberalismo.

Nesse interim, foi lançado o estudo *Indústria 2027* (IEDI, 2018) financiado pela CNI, com auxílio do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, que levantou dados sobre o atraso tecnológico das indústrias brasileiras, ou em território brasileiro, em comparação com os avanços lançados no exterior na perspectiva dos ditames da Economia 4.0. Entre suas conclusões, o documento identificou a necessidade de maior integração entre os laboratórios de desenvolvimento tecnológico das instituições educacionais, incentivos estatais e os acordos com o setor empresarial, para direcionar as ações a um avanço mais rápido e voltado à melhoria da competitividade da ‘nova’ reestruturação produtiva.

Ao incorporar esse objetivo, o Programa Novos Caminhos foi lançado em 2019. Ele reforça o mesmo discurso do setor empresarial, e, em sua página inicial, propõe:

Como fator imprescindível para o crescimento econômico e importante diferencial na competitividade, a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica deve estar articulada à política de geração de emprego e renda e alinhada às demandas do setor produtivo. Deve ainda estimular o desenvolvimento contínuo de soluções técnicas e tecnológicas para fazer frente às demandas internas e aos fluxos crescentes de competitividade no cenário nacional e internacional – comprometida, assim, com o dinamismo, o empreendedorismo e a prosperidade do país. (MEC, s/d)

No sentido de cumprir essas expectativas, foram criados editais de fomento que pudessem aglutinar as principais ações estratégicas para os IFs: criação de PD&I e capacitação de mão de obra. Cada projeto recebeu 216 mil reais de investimento, para 10 meses de trabalho, tendo sido selecionado três projetos para cada uma das 15 instituições contempladas. Portanto, cada edital disponibilizou em torno de 30 milhões de recursos.

Em média, cada edital teve a aprovação de 135 projetos de inovação tecnológica voltados para o mercado. Além disso, só no primeiro ano de implementação foram capacitados 297 estudantes e 105 servidores, através dos cursos obrigatórios do fomento.

O modelo formativo proposto pelo Programa Novos Caminhos por meio dos Institutos Federais se apresenta como extracurricular. Contudo, nesse processo, o conhecimento científico produzido nas instituições públicas é transformado em um instrumento para atender as demandas do mercado. Logo, não prioriza o desenvolvimento industrial a partir dos avanços científicos, e, sim, os avanços científicos são exaustivamente cooptados para aprimoramento do setor industrial, com recursos públicos.

AS OFICINAS 4.0 E A FORMAÇÃO PARA INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

O edital 02/2020 – Apoio à implementação das oficinas 4.0 já teve três lançamentos, consecutivamente, nos anos de 2020, 2021 e 2022. Cada edital prevê que os projetos tenham 10 meses para a execução de três produtos, cada um desses voltados a uma empresa parceira. Esse produto é feito diretamente à empresa, que no ato da inscrição do projeto tenha firmado acordo com o Instituto concorrente.

Os objetivos do projeto são apresentados da seguinte forma:

Objetivo: Selecionar propostas de até 15 (quinze) instituições da Rede Federal para a implementação de **programa de capacitação de estudantes** denominado Oficinas 4.0. Objetivos Específicos: 2.1. Promover a imersão de estudantes da Rede Federal em atividades de formação e pesquisa aplicada, **com foco no desenvolvimento de habilidades e competências** relacionadas ao uso das tecnologias digitais, **ao empreendedorismo e à inovação**, demandadas pela Economia 4.0. 2.2. **Capacitar professores** de instituições da Rede Federal nas metodologias das Oficinas 4.0 e de orientação de projetos de inovação tecnológica. 2.3. **Estimular a aproximação entre as instituições da Rede Federal e o setor produtivo**, reforçando a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2020, p. 1, Grifo nosso)

Pode-se constatar que, mesmo diante dos recursos disponibilizados para a produção de PD&I, o objetivo central do edital é o de desenvolver um “programa de capacitação de estudantes”. Desse modo, interfere duplamente no modelo público de ensino, pois utiliza do fomento, mão de obra, pesquisadores e das instalações públicas para geração de tecnologia que objetivam o aumento de rendimentos privados. Além disso, incentiva a formação de jovens trabalhadores aos moldes da reestruturação

produtiva, que nada mais é do que uma maior ofensiva do capital sobre o trabalho, a partir de mais controle, flexibilização e precarização de seus postos (TONELO, 2020).

O modelo de capacitação proposto se insere na grade curricular do aluno e exerce grande influência na formação dos egressos dos IFs, ao oferecer bolsas, certificados e prestígio por participarem de um projeto de pesquisa de ampla divulgação e investimento. Além disso, reitera o processo de formação para o consenso, isto é, da adesão espontânea aos interesses da classe hegemônica (NEVES, 2005), ao formar trabalhadores mais adeptos e adaptados a regências como o empreendedorismo.

O edital resgata termos como desenvolvimento de habilidades e competências, que remonta à utilização das ideais do capital humano para a criação de políticas educacionais que visam uma subsunção do jovem trabalhador ao capital. Emprega esse arcabouço a fim de “capacitá-los” a se responsabilizarem por suas conquistas ou dificuldades nos aspectos empregabilidade, produtividade e adequação, fazendo com que o trabalho assalariado seja a proposição de vida da pessoa e a adequação de seus corpos e mentes a serem os objetivos centrais da expressão delas no meio social (FRIGOTTO, 1993) (ALVES, 2018).

Com esse propósito, utiliza dois termos bastantes recorrentes nas políticas educacionais do Estado neoliberal e que busca atenuar as contradições do processo produtivo: empreendedorismo e inovação. A articulação dos dois conceitos não é nova, como aponta Dias (2019), a relação entre empreendedorismo e inovação tecnológica já foi percebida por Schumpeter desde o século XX. Já naquele contexto, o capitalismo, segundo o entendimento *schumpeteriano*, necessitaria de empreendedores voltados à criação de inovações principalmente em momentos de crise, que aperfeiçoam cada vez mais a produção com o intuito de não haver grandes lapsos do sistema.

Dias (2019) também identificou o conceito de destruição criativa – também de Schumpeter – que indica uso das capacidades humanas de invenção, criatividade, planejamento e criação de uma segunda natureza das coisas, para agirem em prol do capital, com intuito de sanar a instabilidade do próprio sistema. Em função disso, a inovação se apresenta como um produto da ação do sujeito empreendedor (DIAS, 2019), que atribui suas capacidades humanas de trabalho e de transformação da natureza, em produtos do capital, orientando a produção da ciência para fins de rendimentos empresariais. Pode-se afirmar que essa foi uma maneira muito eficaz do sistema para

conseguir ultrapassar as revoluções e reorganizações produtivas e manter ou até aumentar seu domínio sobre o trabalhador (BRAVERMAN, 1987).

Sob essa perspectiva, também são ‘convidados’ a participar desse modelo os pesquisadores, servidores dos Institutos Federais, com o propósito de disseminar essa ideologia – empreendedorismo e inovação – para os mais jovens. Contudo, apesar da pretensão de hegemonia desse projeto no âmbito da EPT, ainda é perceptível no processo de formação de jovens trabalhadores do IFS as correlações de forças que visam uma educação integrada, em busca da estruturação da consciência emancipatória do sujeito. Trata-se de ações de permanência das ideias que estiveram em debate no contexto das lutas para implementação de uma educação politécnica no período da redemocratização e nas discussões sobre a LDB e a educação profissionalizante (FRIGOTTO, CIAVATTA; RAMOS, 2005), (SÁ, 2016), (BETIM & MANCIBO, 2020).

Para implementar mais um fator na disputa hegemônica da educação profissional e tecnológica, o edital prevê 240 horas de formação, tanto presencial quanto online. Entre os tópicos principais, foram organizados temas sobre tecnologia, criação de inovação e tecnologia, empreendedorismo e inovação, entre outros cursos normalmente subdivididos em 40 horas cada. Segundo Frigotto (2019), trata-se de um modelo formativo que prevê mais práticas e menos reflexão sobre o processo, promove uma pedagogia utilitarista, que apenas molda o sujeito para adquirir conhecimentos estritamente necessários à lógica do capital, e, impossibilita que o trabalhador reflita sobre sua classe, seu projeto, suas tarefas e sua posição social e, sobretudo, em como transformar a realidade.

Dito isso, a inovação e o empreendedorismo nada mais são do que ideias já pautadas em diversos momentos no século XX com a tentativa de reestruturação do capital e retorno dos lucros nos períodos de crise. Presencia-se mais uma vez a tentativa de criação de um sujeito de novo tipo capaz de sanar as contradições de permanência do capital e de promover uma espécie de “humanização” do processo exploratório do trabalhador (NEVES, 2005), que agora direciona suas ideias e soluções para questões consideradas de alto rendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do caráter periférico e dependente do capitalismo brasileiro, a educação profissional e tecnológica torna-se um importante espaço de disputas das classes burguesas em fomentar políticas que atendam aos anseios de competitividade econômica internacional. Nos últimos anos, em consequência da crise de 2008, o uso das tecnologias no processo produtivo foi intensificado, buscando a conformação da classe trabalhadora de dois modos: formação de intelectuais orgânicos, cooptados pela cultura neoliberal, que visam intensificar o projeto do capital e, para os demais, a execução do trabalho simples, de forma precarizada e fragmentada, dificultando a construção de lutas contra hegemônicas.

Nessa conjunção, os Institutos Federais vêm apontando para caminhos estreitos de integração entre os almejos do setor empresarial/industrial e do Estado para formação de jovens trabalhadores e para finalidades da ciência (FRIGOTTO, 2018). Sua organização administrativa, mais próxima às Universidades Federais, também possibilita seus usos para criação de PD&I, formação de laboratórios especializados e condução das ações de seus servidores para projetos extrapedagógicos.

A instituição dispõe de um caráter próprio ao abarcar em seus muros os anseios do rumo das ciências matemáticas e naturais aplicadas à criação de pesquisa e desenvolvimento em inovação, que auxiliem a classe burguesa ao aumento do fluxo de rendimentos. Portanto, a indeterminação ou ampliação da concepção identitária dos IFs contribui para que eles sejam mais permeáveis às políticas educacionais que colaboram com práticas pedagógicas voltadas ao mercado, com uso de projetos extracurriculares proponentes de ditames para o consenso do trabalhador.

Contudo, essas ações vêm contribuindo para acirrar o campo de disputas hegemônicas sobre a educação dos trabalhadores, pois, somente um modelo emancipatório, voltado para a reflexão, incentivo ao pensamento crítico, além do reconhecimento de classe, podem auxiliá-los a propor estratégias de mobilização contra o avanço ofensivo do capital e pela defesa do direito ao trabalho. Dessa maneira, refere-se a um campo de disputas hegemônicas interna nos institutos, fortalecido por servidores e por setores da sociedade que ainda visam a conquista de um modelo educacional que permita que todos na sociedade tenham acesso ao conhecimento historicamente produzido pela HUMANIDADE e, no qual, o saber e a ciência não estejam a serviço de só uma classe.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital (tese). Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018
- _____. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.
- BRASIL. **Edital 02/200** – Apoio à implementação das oficinas 4.0.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos editora, 3ª edição, 1987.
- BENTIN, Priscila Caetano; MANCEBO, Deise. “Novos caminhos” apontados à formação para o trabalho nos institutos federais. **RTPS-Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 8, p. 159-174, 2020.
- BOITO JR, Armando. **Reforma e Crise Política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.
- CASTELO, Rodrigo. O Social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão popular, 2013
- DIAS, G. **Empreendedorismo, Educação e Sociabilidade**: a radicalização do indivíduo como socio majoritário de si (tese). Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. Subsídios Teórico-metodológicos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional: Contribuições do Marxismo. In: ECÊA, Georgia; RUMMERT, Sônia Maria; GONÇALVES, Leonardo (orgs.). **Trabalho e Educação**: Interloquções Marxistas. Rio Grande: Editora da FURG, 2019, p.83-120.
- FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. RAMOS, M. Apolítica de Educação Profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. Campinas: **Revista Educação e Sociedade**, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.
- FRIGOTTO, G. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018, p. 125 – 150.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, volume 4. 5. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

IEDI. **Políticas para o Desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil**. São Paulo, 2018.

MARTINS, André; NEVES, Lúcia M.W (orgs). **Educação Básica: tragédia anunciada**. São Paulo: Xamã, 2015.

NEVES, Lúcia W. Neves. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

MEC. **Programa Novos Caminhos**. Disponível em: <https://novoscaminhos.mec.gov.br/>. Acesso em: 06/02/2023.

MOTTA, V.C.; FRIGOTTO, G. Por que da urgência do novo Ensino Médio: medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Campinas: **Revista Educação e Sociedade**, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr. /jun., 2017.

PINTO, Geraldo Augusto. A indústria 4.0 na cadeia automotiva: a Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2020.

RODRIGUES, J. **O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.

_____. **Os Empresários e a Educação Superior: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SÁ, M. **Concepções em disputa sobre a educação profissional no contexto da redemocratização brasileira** (tese). Goiânia: Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, 2016.

SILVEIRA, Z. **Concepção de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico no governo FHC**; resultado de um processo histórico. *Revista Trabalho Necessário*, ano 6, nº 6, 2008.

SILVEIRA, Z. **Concepções de educação tecnológica na reforma da educação superior: finalidades, continuidades, e rupturas – estudo comparado Brasil e Portugal (1995-2010)** (Tese). Niterói: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, 2011.